UMA CERTA IDEIA DE UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE INCERTEZA*

José de Faria Costa

"*Die Universität ist eine Schule, aber eine einzigartige Schule*"
(Karl Jaspers)

Nestes lugares da fala, há três cânones que nos devem guiar e que tudo devemos fazer para não os transgredir: a) falar pouco e escorreito; b) dizer muito e limpo e; c) dizer e falar elegante. Aqui se encontram, se quisermos, em unidade perfeita, o respeito pelo outro que nos ouve, a sabedoria que devemos trazer ao que se diz e a beleza para que o tempo, se bem que curto, se não sinta. Ou, sem nada se desvirtuar, em versão mais clássica, encontramos, assim, o justo no pouco que se diz, o bom no que se traz de mais saber, e o belo naquilo que na forma e no conteúdo enriqueceu a dimensão estética de quem nos escuta.

No entanto, prometo que não vos vou brindar com aquela unidade da perfeição, porquanto nem mesmo o mais estóico dos estóicos, por paradoxal que pareça, aguentaria um módico da perfeição — a perfeição não é deste mundo nem, aliás, de mundo algum —, mas antes trazer-vos a áspera e rude imperfeição da fala verdadeira, autêntica, transparente e, no entanto, ou talvez por isso mesmo, sonhadora de futuro, de todos os futuros. Mas tudo isso com a lúcida consciência, não haja a mínima dúvida, de que só os tontos acreditam que os futuros são sempre ridentes e onde, sem falhar, o nascer e o pôr do Sol nos banham em êxtases inconfessados.

O que nos congrega, hoje, aqui e agora? Todos o sabem. O dia da Universidade Lusófona. Por conseguinte, um dia de festa. Mas as festas para além

* O texto que, ora, se dá à estampa corresponde, com pequeníssimas alterações (nomeadamente, para este efeito, não se enunciou a lista de vocativos que o ritual da oralidade da cerimónia impõe), àquele que se leu, enquanto *Oratio Magistralis*, no dia da Universidade Lusófona, corria o ano de 2023.

de serem momentos de alegria e de exaltação das coisas boas que aconteceram, e foram tantas nestes últimos tempos, são, outrossim, *topoi* onde tudo, bom, menos bom e mau, deve refibrilhar em racional caleidoscópio, pois, só desse jeito honramos o que somos, o que devemos ser: académicos, universitários, de corpo e espírito inteiros e livres. Mas a festa é também memorar e, por sobre tudo, rememorar. Coisa que se faz talvez com demasiada ligeireza, mas que, ao contrário, deve ser levada a cabo com a serenidade das coisas sérias — sem os ademanes ou as lantejoulas do balofo — que marcam, ficam e vão continuar.

Assim, mesmo que em jeito de sinopse, para mais assumidamente impressionista, dever-se-á salientar que a Universidade Lusófona pertence a uma vasta galáxia de estabelecimentos de ensino, mas que, como de imediato se compreende, é ela a matriz substancial ou o eixo axial dos problemas, dos projectos, das incertezas e das lucubrações que em declinações ou variações quase infinitas nos convocam, invocam e provocam. Urge, neste ponto, que não nos afastemos, pois, do essencial — e o essencial aqui é perceber que esta unidade de sentido organizacional funda-se em um vastíssimo, plural, de dimensão nacional, internacional, com raízes, por sobre tudo, em países da lusofonia, projecto educacional —, se bem que tenhamos consciência nítida e clara que há um étimo agregador e criador de toda esta galáxia: de seu nome Manuel de Almeida Damásio.

No entanto, ninguém desconhece que mandam as boas e as mais elementares regras, para uma límpida e consequente percepção do mundo e das "cousas" do mundo, que urge separar o criador da criatura, porquanto as criaturas, e é isso que se espera, têm vida própria. Estão na história, condicionam a história e recebem os abalos da história, querem ficar na história, por vontade própria e por não menor vontade do criador. E mais. E isso só tem sentido se na história se não se assumirem como fogo-fátuo ou lampejos ou até meros sussurros de circunstância, mas antes e definitivamente como corpos sólidos que se sentem bem agarrados ao mundo duro da vida que não pára. E tudo é ainda mais bonito e complexo quando trabalhamos em um horizonte onde, para felicidade de todos nós, o criador, Manuel de Almeida Damásio, é história viva e bem viva.

Mas nada do que se acaba de discretear bole com a máxima, em toda a linha tantas e tantas vezes assumida pelo próprio Almeida Damásio, de que o sentido da história, o sentido da história de qualquer instituição, e muito

particularmente de uma Universidade, não pode ficar refém de compreensões passadistas, mesmo que cheia de pretéritos perfeitos, ou, em sentido inverso, agrilhoado a piruetas ou saltos, por mais fascinantes e conseguidos que se mostrem, na espuma dos dias do imediato, mas que são insustentáveis e inconsequentes para futuros, mesmo que incondicionais.

E aqui estamos, todos e cada um, juntos, não em amontoado de simples mónadas, ao jeito leibniziano, mas com o sentido de sermos uma comunidade onde os saberes se cruzam, e porque se cruzam se ampliam; onde cada um de nós, sem excepção, professores e estudantes, se encontra no horizonte de estudarmos e ensinarmos; onde cada um nós assumimos a responsabilidade de acrescentar saber ao saber, quer sejamos professores, quer sejamos estudantes. Porque, nunca o esqueçamos, o que aprende, o que formalmente é estudante, outrossim, e de modo insofismável, está a acrescentar saber.

Na verdade, os professores estudam para ensinar e ensinam para estudar. Os estudantes aprendem para saber e sabem para aprender. Esta é a raiz ou o fecundo rizoma da universidade, seja ela islâmica do século X, ou cristã do século XI ou laica do século XXI. E tudo isto em dialécticas cruzadas, onde as variáveis binárias há pouco enunciadas são o mosto, o húmus daquilo que se não define, mas se percebe. Se compreende pela ressonância de fortes antagonismos polémicos, seja no domínio das chamadas ciências naturais ou no das designadas ciências do espírito, para continuarmos a aproveitar a fecundíssima distinção de Dilthey. Ou, finalmente, se interioriza ou assume na aberta assunção de uma cultura verdadeiramente universitária que nada tem de estático, bem pelo contrário, onde tudo se deve revolver, questionar, sem peias, e onde o pensar só tem como limite o próprio pensar. Esta é a certeza, este é parâmetro.

E estes são os instrumentos: o ábaco, a simples régua, o nónio, o telescópio, o microscópio, o acelerador de partículas, o astrolábio, a marmita de Papin, os algoritmos transformados metaforicamente em inteligência artificial, os pesa-sóis que nos têm permitido, olhar de frente, não o Sol, por certo, mas, passo a passo, perceber o avanço da ciência e dos saberes em geral. Pareceria, pois, que encontrado o étimo e com tantos e refinados instrumentos de análise — dos quais demos impressionisticamente exemplos ínfimos —, tudo seria fácil e, então, rasgados se mostrariam os caminhos onde não existiriam

escolhos ou nem sequer grãos de areia para empecerem a subida, ainda que assimptótica, do conhecimento humano. Nada de mais enganador. Na verdade, só teriam florestas de enganos, perante os olhos, todos os verdadeiros universitários ou académicos que, nem que fosse pelo tempo de um ai, se desse jeito pensassem.

Com efeito, os universitários sem jamais abandonarem o seu sentido crítico e tudo repensarem, sem detença ou parança, de novo, a partir do zero, estão, definitivamente, também preocupados com o seu múnus e mostram-se exigentes para com o modo-de-ser individual e colectivo. E que — não são precisas grandes deambulações teóricas para tudo se entender minimamente — por isso mesmo pretendem, com a simplicidade das coisas simples, ser tão-só, mas em simultâneo, construtores e viandantes dos caminhos infindos que se fazem diuturnamente na procura de mais saber e melhor saber. Em todas as áreas. Em todos os domínios. Em todas as declinações. E por isso esta Universidade tem como mote, é bom sempre lembrá-lo, e cito em latim porque é desse jeito que nos aparece, bem visível, enquanto *incipit* em vários sítios: *humani nihil a me alienum puto*.

Mas toda e qualquer instituição se organiza para que possa assumir-se não só como ser, mas também como dever-se na história. E de jeito muito preciso podemos afirmar, sem medo de errar, que as Universidades, independentemente da sua génese e olhando, por sobre tudo, para os tempos mais modernos, cristalizaram a sua estrutura organizacional em três grandes modelos: o modelo anglo-saxónico, o modelo humboldtiano e o modelo napoleónico.

O modelo anglo-saxónico, todo ele eivado do pragmatismo filosófico fortemente presente em todo o modo-de-ser colectivo das sociedades anglo-saxónicas, continua a fortíssima tradição de assentarem a sua organização em poderosíssimas fundações privadas, onde existe uma clara separação, perfeitamente interiorizada no mais fundo espírito universitário, entre o *Board* e a dimensão tipicamente científico-pedagógica. Separação essa que determina, fácil é de perceber, uma tensão, a maior parte das vezes altamente salutar, entre o *Board* e os seus professores que ensinam e que investigam. Mas não deixa de ser interessante notar, por outro lado, que o *Board* é muito mais sensível, em algumas circunstâncias, aos ventos ideológicos e aos sofrimentos pecuniários, o que se não pode deixar de compreender, e que, por isso, de aqui e de

acolá, nos chegam notícias de despedimentos de professores exclusivamente baseados em discrepâncias insanáveis que, obviamente, nada têm de científico, mas antes se fundam, por exemplo, na não aceitação, por parte do docente, na perda da sua capacidade de consciência crítica, v. g., quando entramos no turbilhão, de repercussões mediáticas que podem ter efeitos reputacionais para a Universidade, das devastadoras polémicas, veiculadas pelas chamadas redes sociais, atinentes, por exemplo, ao dito movimento *wokista*, em que o chamado cancelamento é uma das mais proeminentes manifestações.

A tessitura modelar humboldtiana de Universidade, de típica raiz alemã, afirma-se, desde a primeira hora, como defensora de uma Universidade pública e não privada, logo, em nítida contraposição com o modelo das universidades anglo-saxónicas. E, em apertada síntese, poder-se-á dizer que o que a caracteriza é a césure entre o ensinar e o avaliar. Ponto fulcral, aliás, como veremos a seguir, quando nos detivermos no modelo napoleónico. Dentro deste horizonte a universidade nasce para investigar, estudar e ensinar, sustentada em dinheiros públicos, mas deixa a avaliação e a licença para exercer cargos públicos nas mãos exclusivamente do Estado. Logo, intui-se a Universidade como um espaço único de liberdade, porquanto não tem que ter quaisquer preocupações com as específicas funcionalidades das profissões que o mercado convoca. Para além de que, como segundo elemento caracterizador, não sofre qualquer tipo de pressão ou de insinuação externas relativamente a ter que ensinar "isto" ou "aquilo", porquanto "isto" ou "aquilo" pode ser, deve ser, em total liberdade, nem sequer ser tido em consideração.

A tão propalada, enfática e, por vezes, soberba *grandeur française*, por sobre tudo com Napoleão, não ia deixar passar a ocasião de cravar um punção em uma certa ideia de Universidade. E assim nasce o modelo napoleónico, manifestamente de raiz pública e eivado de uma tónica onde claramente se pode ver um eixo de supra-infra-ordenação. E mais. Tal universidade, nasce com um bem preciso duplo propósito. A universidade deve não só ensinar e investigar, mas tem também o dever de assumir a avaliação que tem como consequência dar "licença" para exercer na sociedade o saber, através de uma profissão, que a universidade cobriu com o manto da chamada licenciatura. Isto é: o licenciado de uma universidade de matriz napoleónica fica com um título e uma competência administrativa que lhe

permite reivindicar a possibilidade de entrar no mundo profissional sem mais. Realidade que, como vimos, não se opera se partirmos do modelo clássico das Universidades humboldtianas. Ora, se isto pode ser visto como uma vantagem, não é menos verdade que bem pode ser valorado como uma fortíssima desvantagem porquanto, queiramo-lo ou não, tal mostra uma manifesta interferência do Estado na dimensão político-científica e pedagógica da Universidade.

Uma observação intercalar absolutamente necessária. Tudo o que se acaba de reflectir, de jeito simples mas não simplificado ou menos exacto, tem em consideração as formas canónicas e puras referentes aos três modelos, sendo certo, é evidente, que a história muita coisa transformou, como não podia deixar de ser, e que, em verdade, hoje em dia nenhum destes três modelos existe na sua forma quimicamente cristalina, mas antes beneficiam da riqueza de pedaços intersticiais, em relações cruzadas, de todos eles. Ora, chegamos ao momento crucial. Como podemos ver, hoje, aqui e agora, o mundo universitário português, mormente no que se refere ao ensino superior privado? E vê-lo e avaliá-lo e percebê-lo, precisamente, em um contexto de incerteza que é aquele que, bem sabemos, varre hoje todo o nosso tempo?

Urge, em primeiro lugar, ter consciência de que as Universidades privadas são uma decorrência, uma boa decorrência, dir-se-á, do retorno à liberdade e a um modelo de sociedade democrática que o 25 de Abril permitiu. Porquanto antes desse momento histórico da nossa vida colectiva recente, só havia Universidades públicas e de matriz napoleónica que, entre nós, encontrou bem cedo esse modo de ser universitário com a celebérrima — e diga-se necessária — Reforma Pombalina. A Primeira República acentuou este lado de tonalidade tipicamente napoleónico e, sem surpresas, o Estado Novo, não obstante a sua forte ligação à Igreja Católica, nunca permitiu o nascimento de qualquer Universidade fora do manto protector, tutelar e paternalista do Estado, talvez só, et *pour cause*, relativamente a uma universidade confessional católica que se dedicasse a ensinar Teologia. Assim, se outras coisas boas, muito boas ou mesmo excepcionais, entre elas a liberdade de expressão e de crítica, Abril nos trouxe, é indesmentível que potenciou, não obstante todos os defeitos e atropelos à seriedade acontecidos na sua génese — em honestidade intelectual não podemos deixar de reconhecer —, o nascimento do Ensino Superior Privado.

É, pois, na senda deste possante e exigente movimento que teve, no seu início, profundas aspirações de promoção da educação para com o todo sacrificado povo, ao ponto de se poder dizer, sem grande medo de errar, que se a Primeira República nos deu universitariamente o bacharelato, o Estado Novo a licenciatura, foi o Estado de Direito Democrático que permitiu que um cada vez maior número de pessoas pudesse aspirar a ter um Mestrado ou mesmo um Doutoramento. Ou seja: a ter natural aspiração a poder aceder a um grau maior de conhecimento formalmente reconhecido. Verificou-se, por conseguinte, uma extraordinária pressão das massas jovens a exigirem mais saber no mundo universitário. Um saber que se não quedasse na licenciatura, um saber que fosse mais além e mais fundo. Um saber que avançasse decididamente para o ensino dos Mestrados e dos Doutoramentos. E para conter esta onda de justa reivindicação, contrariamente ao que se passou na nossa vizinha Espanha, mais rica e mais autonómica, onde cada autonomia abriu, sob a sua tutela, uma Universidade, Portugal enveredou pela abertura, através da forma jurídica, de cooperativas de ensino, de Universidades Privadas.

Eis, em traços muito esquemáticos, mas não menos rigorosos, o que se passou, neste pedaço do nosso modo-de-ser colectivo, entre nós, nos últimos cinquenta anos. Por isso aqui estamos, hoje, por mor de uma vontade colectiva própria e por força de um rasgo de coragem de um homem de quem todos sabemos o nome, mas, outrossim, pela tal decorrência histórica que se abriu indelevelmente nesse dia único, sóbrio, tenso, incerto e fortemente auspicioso — e que só foi bonito porque nada de feio aconteceu e que alguns teimam em chamar-lhe perfeito mas, como já se percebeu, sou dos que defendem, sem tergiversar, racionalmente, que o conceito de perfeição mais não é do que a tentativa de sublimação do bom, do belo e do justo em um só *topos*, em um só tempo e por isso não há mundo onde isso aconteça — que teve lugar, felizmente, não na vigésima quinta hora, nem por efeitos dos idos de Março, mas por força da história que nos esperava e que tantos, durante tanto tempo, tinham forçado para que desse jeito acontecesse.

E tivesse lugar não em qualquer volta, recanto ou reviravolta da história, mas antes nos campos abertos de um tempo novo. Que se queria e se quer sempre novo, sem jamais renegar ou sequer esquecer o "velho". Por isso, é bom festejar-se, *in primis*, o dia da nossa Universidade e ter nítida consciência que

desse jeito estamos também a festejar, não bacocamente, como não poucas vezes acontece, um tempo de liberdade e de afirmação crítica da própria liberdade para que, daqui a alguns séculos, quando a nossa Universidade tiver o seu dia de anos, não haver sequer a mínima necessidade de se invocar o contexto histórico do seu nascimento. Tal a cristalização, a importância, o prestígio e a substantivação da sua reputação. Isto é: não obstante a incerteza dos tempos, mormente dos tempos económico-sociais, devemos assumir a coragem de pensar e querer coisas que se possam e devam concretizar muito para lá do depois, muito do depois, do amanhã.

Quem ajuíza e age, sobretudo quando trabalhamos no domínio do espírito e da acção universitários, o faz a pensar medianamente, para não se dizer mediocremente, só no prosaico e confortável dia de amanhã, é certo e sabido, isso nos ensina a história, talvez das poucas coisas que nos possa ensinar, que, desse jeito, não se vai agarrar o futuro e, bem pelo contrário, ir-se-á rapidamente enfrentar os planos inclinados das transformações viciosas e não virtuosas ou, na pior das hipóteses — que se devem a todo o custo esconjurar —, entrar na cadeia das coisas que já foram boas e tendem a desaparecer.

Bem sabemos que o limite máximo da incerteza — e continuamos presos, não a um conceito científico de incerteza, mas antes amarrados, e bem amarrados, a um conceito normativo-social de incerteza — é a assunção de um qualquer proto-caos e isso ultrapassa-nos como cidadãos e obviamente como universitários. Mas — e aqui entramos no ponto crucial —, quando trabalhamos com patamares menores de incerteza, muita coisa se pode fazer. Não podemos prever o futuro, isto é, nada podemos prever, socialmente, quando o horizonte é o tempo longo, tanto mais que, nessa circunstância *we are all dead*, mas quando olhamos para o médio e para o curto prazo tanta e tanta coisa se pode levar a cabo. Para estes últimos pedaços de tempo mais do que prever, devemos precaver. E todos sabemos, não precisando para isso da milenar filosofia chinesa que nos diz que tudo começa com um primeiro passo. Com um primeiro passo firme e sustentado. E a nossa Universidade já deu, reafirmemo-lo, tantos bons e firmes primeiros passos.

No entanto, não tenhamos ilusões, é a partir destes tempos incertos, mas cativantes e desafiadores, que entra a alquimia do saber gerir uma

Universidade, que se quer precaver, mas que vive, fundamentalmente, não do orçamento do Estado, mas antes das propinas provenientes dos seus estudantes, de projectos financiados, de uma apertada contenção de custos, mas também — e esquecer isso, é esquecer tudo — do património espiritual dos seus Professores que se manifesta, entre outras coisas, na sua indesmentível reputação científica, no seu empenho, no seu zelo, no seu ensino, na sua investigação, dentro e fora de portas e que é um "activo" de valor incalculável mas que, felizmente e tal como deve ser, não tem preço.

É pressuposto desde o início, de tudo que se vem de reflectir, que a ideia de Universidade — sabemo-lo desde Karl Jaspers que não é mais do que uma Escola, só que é uma Escola única — verdadeiramente só tem sentido se aceitarmos ou partirmos da indestrutível relação dialógica entre o professor e o estudante. Mais. E esta relação encontra o seu fundamento e a sua razão de ser naquilo que de forma sintética se pode qualificar como princípio da confiança. Donde, em límpida decorrência, a Universidade, independentemente do modelo, é um *multiversum* mais do que um *universum* de professores e alunos que se relacionam sustentados na confiança mútua que procuram, estudando e investigando, o saber, o conhecimento, em liberdade crítica.

Ora, uma tal matriz exige a fibrilhação da liberdade em todos os momentos da vida académica, mormente dos professores, e dificilmente se casa — para além daquilo que é razoável — com a hiper-burocratização que os actuais ventos malsãos, mormente a partir de Bruxelas, parecem varrer o mundo académico. Sejamos lúcidos. Não se pode afirmar que a Universidade é, *par excellence*, o reino da liberdade e, simultaneamente, tudo articular em termos funcionais para se desembocar naquilo que, à míngua de melhor qualificação, mais não é do que um suave, mas nem por isso menos caracterizador, centralismo organizacional digital. Sejamos lúcidos, a Universidade está condenada a conviver com a chamada inteligência artificial, mas isso não é a morte da relação dialógica entre professor e aluno, talvez seja mesmo o seu renascimento, porquanto mergulhados nesse mar, não tenho dúvidas de que professores e alunos encontrarão a sua antiga e verdadeira rosa-dos-ventos.

Sejamos lúcidos, tal como as civilizações morrem, nada impede que as Universidades também possam desaparecer; mas uma instituição — a

Universidade — que já aguentou as procelas de milhares de anos não é por causa de uma actual ventania mais forte — determinada pela incerteza dos tempos, mesmo que circunstancialmente duradoura — que vai desaparecer no tempo de um ai. Sejamos lúcidos e acreditemos na vontade inteligente de que as janelas que se fecham fazem abrir outras janelas, talvez ainda mais escancaradas. As janelas do saber e do conhecimento, olhadas de dentro para fora e de fora para dentro por pessoas, todas elas também eticamente inteiras.

O que nos leva, em consciência, a poder dizer o seguinte: o universitário, por natureza ou por necessidade, é um crente na vontade que muda, na vontade que transforma, na vontade que acrescenta saber ao saber, na vontade que acrescenta ser ao ser, por isso, jamais falece na prossecução de realizar "*une certaine idée de l'université*". E tudo isto dentro do horizonte do tempo longo. A Universidade dá-se mal, muito mal, com o tempo curto ou breve e sofre amargamente, criando no seu corpo inumeráveis mazelas, patologias, doenças, quando a queremos mergulhar, em verdadeiro acto *contra natura*, no chamado tempo brevíssimo ou no paroxístico tempo instantâneo. Por isso, há dificuldade em perceber, para dizer o menos, intelectual e academicamente, tudo o que traz em prefixo o sintagma *micro*, enquanto putativo acto de docência e de aprendizagem. Olhemos, pois, de frente as coisas, com olhos de ver e com coragem intelectual desassombrada. É isso que nos é imposto por sermos universitários de corpo inteiro.

Porém, uma coisa é certa, talvez a única de que se pode ter certeza em tudo aquilo que se discreteou: a Universidade é tempo, é história mergulhada na história. E a Universidade Lusófona, com orgulho e legítimo ar altaneiro, não foge a esta lei inexorável. De sorte que não forçando em nada, mesmo nada, uma ligeira transposição semântica poder-se-á afirmar que, se é indesmentível, "*vita brevis, ars longa*", então, hoje, no dia de aniversário da nossa Universidade Lusófona, podemos, jubilosamente e com orgulho, dizer, bem alto, olhando o futuro "*vita brevis, Universitas longa*". *Gaudeamus, igitur*.

Disse.

Data de submissão: janeiro de 2026
DOI: https://doi.org/10.60543/dlb.vi10.11339